

ocupação por moradia estão sendo ameaçadas a tiros nos seus assentamentos.

Contra a desorganização urbana, contra a inação de um Estado que não mediu seus conflitos, o que a gente tem é guerra e morte. A Pastoral da Terra no ano passado computou mais de 1.000% no crescimento das mortes por conflito armado no campo. Não é bom para o fazendeiro; não é bom para o indígena; não é bom para quem não tem casa e luta por terra para morar; não é bom para a preservação das florestas.

A gente está tentando levar o tema para a Secretaria de Segurança Pública. Estou há mais de duas semanas insistindo com o secretário para a gente discutir as graves ameaças que estão acontecendo no Pontal do Paranapanema e se a gente não agir rápido na mediação desse conflito vai haver morte, mais mortes na conta da gestão pública.

A mesma situação se verifica em Iguape e lá o conflito é entre populares que precisam de casa e indígenas que lutam pela demarcação de terras indígenas. Nenhum dos dois lados está errado no caso de Iguape. O que falta é ação do poder público para atender a população e evitar que a única política seja que vença quem tiver mais poder de bola.

Porque, infelizmente, o que a gente está ouvindo é: “Arme a população e deixe a população que se mate”. A gente precisa proteger os lutadores do campo e da floresta.

Por isso eu faço um apelo aqui na tribuna, para que o secretário de Segurança Pública nos receba, e que leve em consideração mediar o conflito e se assegurar pela vida dos acampados do Pontal do Paranapanema.

O SR. PRESIDENTE - TENENTE NASCIMENTO - PL - Seguindo os pronunciamentos, quero indicar o deputado Major Mecca, pelo Art. 82, para o seu pronunciamento. Tem o tempo regulamentar de cinco minutos.

O SR. MAJOR MECCA - PL - PELO ART. 82 - Boa tarde, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a todos os que se encontram aqui no plenário acompanhando o nosso trabalho, cumprimento todos os professores do estado de São Paulo, os senhores sabem que sempre têm o nosso apoio, o nosso trabalho e esforço aqui dentro desta Casa.

A todos os que estão nos acompanhando pela TV Alesp, pela rede social, hoje, pela manhã, eu estava reunido no município de Guarulhos com alguns empresários, policiais. E a gente sempre traz a discussão aqui dentro desta Casa, o prejuízo, a desconstrução que o PSDB promoveu nos serviços públicos do estado de São Paulo.

Hoje virá à tona aqui o PLC nº 03, que não atende aos anseios dos professores do estado de São Paulo, e nós sabemos que o Governo do Estado de São Paulo tem o dom de governar na contramão dos anseios do seu povo.

E esta Casa, infelizmente, acompanha o pensamento e o modus operandi desse desgovernador João Agripino Doria, do vice-governador Rodrigo Garcia, e de toda a equipe, que por 30 anos constrói miséria no nosso estado, um estado que é o 24º estado mais rico do planeta, deputado Gil Diniz, deputado Giannazi.

Olha, o 24º estado mais rico do planeta, pagamos imposto sem tamanho - está o impostômetro lá no centro da cidade -, são bilhões já recolhidos nos dois primeiros meses de arrecadação em São Paulo, e não se tem retorno de nada em benefício da população.

Você entra nas escolas, as estruturas abandonadas, os professores ganhando um salário de miséria. Ao menos, são ouvidos. Ao menos, são ouvidos, porque esta Casa Parlamentar, esta Casa Legislativa, tinha obrigação.

Os deputados aqui têm obrigação de representar policiais, professores, médicos, enfermeiros, e vários outros profissionais que, principalmente durante a pandemia, mostraram que a estrutura para que a sociedade consiga manter a sua rotina de trabalho e rotina de vida precisa de um serviço público valorizado, bem equipado e motivado.

Nós mostramos isso, porque eu sou funcionário público há mais de 31 anos, e nós mostramos isso única e exclusivamente pelos nossos esforços, apesar do governo que temos no estado de São Paulo.

Muitas vezes, funcionário público, professor, policial, comprando equipamento de proteção individual com dinheiro do próprio bolso. E hoje, em Guarulhos, na reunião em que eu estava - que eu citei no início da minha fala aqui -, todos eles apavorados com o aumento da criminalidade no estado de São Paulo. A forma como os bandidos tomaram conta do estado de São Paulo.

Ontem mesmo eu fiz uso da palavra aqui no plenário, e falava da execução do soldado Soares, um jovem policial militar de 31 anos que foi gravado, e a família ainda tem que passar por esse constrangimento de ouvir o jovem policial militar clamar para que não seja morto, executado por criminosos. E lá foram cinco tiros no peito daquele policial.

E aqueles cinco tiros tiraram a vida daquele policial, do soldado Soares, e tira a nossa dignidade de todos nós policiais no estado de São Paulo, os policiais militares, civis que aqui estão, os policiais penais e técnico-científicos, porque nós estamos abandonados por esse desgoverno. Dentro das delegacias, dos quartéis não há condições de trabalho dignas aos seres humanos que lá estão defendendo o povo.

E nós não deixaremos de trazer e denunciar na tribuna desta Casa, onde, eu repito aqui, grande parte dos deputados que aqui estão tem responsabilidade da situação precária que atravessa o povo do estado de São Paulo, cidadão de bem, todos nós policiais, professores, médicos, enfermeiros.

Os senhores têm, sim, responsabilidade pelas leis que são aprovadas aqui totalmente na contramão ao anseio do povo do nosso Estado.

Muito obrigado, presidente.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - TENENTE NASCIMENTO - PL - Pela ordem o deputado Giannazi.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Eu gostaria de utilizar a tribuna pelo Art. 82 do Regimento Interno, pela liderança do PSOL.

O SR. PRESIDENTE -TENENTE NASCIMENTO - PL - É regimental. O deputado Carlos Giannazi vai à tribuna, tem o tempo regulamentar de cinco minutos.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - PELO ART. 82 - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, de volta a esta tribuna no dia de hoje, quero primeiro cumprimentar os nossos colegas, servidores da Educação, na luta contra a farsa do novo plano de carreira.

Sr. Presidente, eu queria ainda prestar o nosso total apoio, a nossa solidariedade aos servidores públicos, sobretudo os servidores também da Educação do município de Itanhaém, que estão em estado de greve, reivindicando reajuste salarial, melhores condições de trabalho. Lá, por exemplo, eles estão reivindicando o que nós estamos reivindicando aqui, a aplicação do piso nacional salarial de 33,24%, que não foi ainda efetivado no estado de São Paulo.

O governador disse vai enviar um projeto, projeto, não, um decreto, ele vai publicar um decreto implantando um abono complementar. Muito estranho isso. Eles também reivindicam, Sr. Presidente, 20% de reajuste linear para todos os servidores, e sobretudo, Sr. Presidente, há inclusão na carreira do Magistério das educadoras de educação infantil das creches do município.

Então todo o nosso apoio ao estado de greve e à mobilização. E faço um apelo ao prefeito para que ele atenda às reivindicações para reposição das perdas inflacionárias de todos os servidores e servidoras da cidade.

Quero ainda, Sr. Presidente, dizer que eu estive agora pouco, acabei de chegar da Praça João Mendes, participei da assembleia da campanha salarial dos servidores do Judiciário, que também estão em estado de greve, porque o TJ está oferecendo apenas 10% de reajuste salarial.

E os servidores já estão, como eu disse, em estado de greve, mobilizados. Eles também, como todos os servidores, tiveram perdas, estão com os salários arrojados e defasados há muitos anos, Sr. Presidente. Estão reivindicando ali no mínimo 37% de reajuste salarial.

Agora, o TJ não está abrindo mão disso, por enquanto, mas o movimento continua. Porém ontem o presidente do TJ esteve aqui no Assemebla Legislativa e protocolou um projeto de lei, o PLC nº 11, de 2022, criando cargos, criando mais de 450 cargos, que seria o 5º assistente, Sr. Presidente. Então, não é uma prioridade nesse momento, na verdade, isso para ajudar os desembargadores.

Olha, a prioridade é o reajuste, é a valorização dos servidores, não a criação de novos cargos.

Sem contar, ainda, que nós temos aqui o PLC nº 30, ainda de 2013, que foi um projeto de lei encaminhado pelo próprio Tribunal de Justiça, reconhecendo uma dívida salarial com os servidores. Olha só, o Tribunal de Justiça reconhece a dívida, encaminha o projeto para a Assembleia Legislativa. Nós aprovamos esse PLC em todas as comissões.

Eu pedi, aprovei um requerimento de urgência para esse projeto. Foi aprovado no plenário, o projeto está pronto para ser votado, mas até agora nada, e o Tribunal de Justiça também não se manifesta pedindo para o presidente pautar o projeto, mas a urgência eu aprovei. O projeto está pronto para ser votado e é uma reivindicação do próprio Tribunal de Justiça, mas esse projeto é de 2013, é uma dívida lá de trás.

Inclusive, Sr. Presidente, se o TJ não atender às reivindicações dos servidores, nós vamos ter que acionar o Conselho Nacional de Justiça, porque é uma dívida reconhecida pelo TJ. Inclusive, o reconhecimento, a prova do reconhecimento é o envio do projeto para a Assembleia Legislativa, que, repito, foi aprovado em todas as comissões e já está em regime de urgência. Então, todo o nosso apoio e a nossa solidariedade à luta pela reposição salarial, também, dos servidores do Judiciário.

Aproveito ainda, Sr. Presidente. Antes de concluir a minha intervenção aqui no Grande Expediente, eu queria dizer o seguinte: fazer, novamente, o apelo que eu já fiz aqui duas vezes, vou fazer pela terceira vez, para que nós possamos, ainda hoje, realizar o congresso de comissões dos três projetos dos servidores - da Defensoria Pública, do Tribunal de Contas e da própria Assembleia Legislativa - e votar ainda hoje, na segunda sessão extraordinária. Isso é possível do ponto de vista regimental.

Concluo a minha intervenção, de fato, agora, dizendo, denunciando mais uma vez a farsa do PLC nº 3, Sr. Presidente, que, se for aprovado, vai destruir a carreira do Magistério. É um projeto marqueteiro, eleitoral, que vai prejudicar imensamente não só os profissionais da educação, mas a educação pública do estado de São Paulo. Mas nós voltaremos ao debate, às 16:30, sobre esse tema.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Havendo acordo, então, entre as lideranças e não havendo mais nenhum parlamentar para fazer o uso da tribuna, nós solicitamos a suspensão... Desculpe, o levantamento desta sessão. Voltaremos às 16:30, daqui a pouco.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - TENENTE NASCIMENTO - PL - Sras. e Srs. Deputados, havendo acordo de lideranças, esta Presidência, antes de dar por levantados os trabalhos, convoca V. Exas. para a sessão ordinária de amanhã, à hora regimental, sem Ordem do Dia, lembrando-os, ainda, da sessão extraordinária a realizar-se hoje, às 16 horas e 30 minutos.

Está levantada a presente sessão.

\* \* \*

- Levanta-se a sessão às 16 horas e 18 minutos.

\* \* \*

## 23 DE MARÇO DE 2022

### 5ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Presidência: CARLÃO PIGNATARI e WELLINGTON MOURA
Secretaria: GIL DINIZ e MARTA COSTA

### RESUMO

ORDEM DO DIA

1 - PRESIDENTE CARLÃO PIGNATARI
Abre a sessão. Encerra a discussão e coloca em votação requerimento de método de votação ao PLC 03/22.

2 - PROFESSORA BEBEL
Para questão de ordem, faz pronunciamento.

3 - PRESIDENTE CARLÃO PIGNATARI
Recebe a questão de ordem, para dar resposta em momento oportuno.

4 - MÁRCIA LULA LIA
Encaminha a votação do requerimento de método de votação ao PLC 03/22, em nome do PT.

5 - PROFESSORA BEBEL
Encaminha a votação do requerimento de método de votação ao PLC 03/22, em nome do PT.

6 - MONICA DA MANDATA ATIVISTA
Para questão de ordem, faz pronunciamento.

7 - PRESIDENTE CARLÃO PIGNATARI
Recebe a questão de ordem, para dar resposta em momento oportuno.

8 - PAULO LULA FIORILO
Encaminha a votação do requerimento de método de votação ao PLC 03/22, em nome da Minoria.

9 - WELLINGTON MOURA
Assume a Presidência.

10 - MONICA DA MANDATA ATIVISTA
Para questão de ordem, faz pronunciamento.

11 - PRESIDENTE WELLINGTON MOURA
Recebe a questão de ordem, para dar resposta em momento oportuno.

12 - MÁRCIA LULA LIA
Solicita verificação de presença.

13 - PRESIDENTE WELLINGTON MOURA
Defere o pedido. Determina que seja feita a chamada de verificação de presença. Dá resposta à questão de ordem formulada pela deputada Monica da Mandata Ativista. Solicita à plateia o comportamento regimental. Interrompe a verificação de presença ao constatar quórum.

14 - DANIEL JOSÉ
Encaminha a votação do requerimento de método de votação ao PLC 03/22, em nome do Novo.

15 - PRESIDENTE WELLINGTON MOURA
Solicita à plateia o comportamento regimental, por duas vezes.

16 - PROFESSORA BEBEL
Para comunicação, faz pronunciamento.

17 - CARLOS GIANNAZI
Encaminha a votação do requerimento de método de votação ao PLC 03/22, em nome do PSOL.

18 - PRESIDENTE WELLINGTON MOURA
Coloca em votação e declara aprovado o requerimento de método de votação ao PLC 03/22.

19 - MÁRCIA LULA LIA
Solicita verificação de votação.

20 - PRESIDENTE WELLINGTON MOURA
Defere o pedido. Determina que seja feita a verificação de votação, pelo sistema eletrônico.

21 - CARLOS GIANNAZI
Declara obstrução ao processo de votação, em nome do PSOL.

22 - JANAINA PASCHOAL
Para questão de ordem, faz pronunciamento.

23 - PRESIDENTE WELLINGTON MOURA

Dá resposta sobre o trâmite do requerimento de método ao PLC 03/22.

24 - TEONILIO BARBA LULA
Para questão de ordem, faz pronunciamento.

25 - PRESIDENTE WELLINGTON MOURA
Endossa o entendimento do deputado Teonílio Barba Lula.

26 - MILTON LEITE FILHO
Declara obstrução ao processo de votação, em nome do União.

27 - MONICA DA MANDATA ATIVISTA
Para questão de ordem, faz pronunciamento.

28 - PRESIDENTE WELLINGTON MOURA
Informa que segue mandamento regimental.

29 - GILMACI SANTOS
Declara obstrução ao processo de votação, em nome do Republicanos.

30 - MÁRCIA LULA LIA
Declara obstrução ao processo de votação, em nome do PT.

31 - ANALICE FERNANDES
Declara obstrução ao processo de votação, em nome do PSDB.

32 - ADRIANA BORG0
Declara obstrução ao processo de votação, em nome do PTC.

33 - SARGENT0 NERI
Declara obstrução ao processo de votação, em nome do Patriota.

34 - CAMPOS MACHADO
Declara obstrução ao processo de votação, em nome do Avante.

35 - BRUNO GANEM
Declara obstrução ao processo de votação, em nome do Podemos.

36 - RICARDO MADALENA
Declara obstrução ao processo de votação, em nome do PL.

37 - MARTA COSTA
Declara obstrução ao processo de votação, em nome do PSD.

38 - MARCIO NAKASHIMA
Declara obstrução ao processo de votação, em nome do PDT.

39 - PROFESSOR WALTER VICIONI
Declara obstrução ao processo de votação, em nome do MDB.

40 - RICARDO MELLÃO
Declara obstrução ao processo de votação, em nome do Novo.

41 - GILMACI SANTOS
Para questão de ordem, faz pronunciamento.

42 - PRESIDENTE WELLINGTON MOURA
Dá resposta à questão de ordem. Determina que seja feita a verificação de votação, pelo sistema eletrônico.

43 - CORONEL TELHADA
Declara obstrução ao processo de votação, em nome do PP.

44 - PRESIDENTE WELLINGTON MOURA
Informa o resultado da verificação de votação, que não alcança quórum para deliberação, restando adiada a votação.

45 - JANAINA PASCHOAL
Declara obstrução ao processo de votação.

46 - PRESIDENTE WELLINGTON MOURA
Lembra sessão extraordinária a ser realizada hoje, dez minutos após o término desta sessão. Encerra a sessão.

\* \* \*

- Abre a sessão o Sr. Carlão Pignatari.

\* \* \*

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Presente o número regimental de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior.
Ordem do dia.

\* \* \*

- Passa-se à

### ORDEM DO DIA

\* \* \*

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Quinta sessão extraordinária, 23 de março. Proposição em regime de urgência.
Discussão e votação adiada do Projeto de lei nº 3, de 2022, de autoria do Sr. Governador. Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação.
O SR. ENIO LULA TATTO - PT - Pela ordem, Sr. Presidente. Nós estamos... Qual é esse projeto?
O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - É o número três. Eu li até o número do projeto.
O SR. ENIO LULA TATTO - PT - Não, Sr. Presidente, tem bastante gente inscrita.
O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - No número três não tem ninguém inscrito.

A SRA. PROFESSORA BEBEL - PT - Questão de ordem, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Em votação.
A SRA. PROFESSORA BEBEL - PT - Questão de ordem, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Há sobre a mesa requerimento de votação. Pois não, deputada.
A SRA. PROFESSORA BEBEL - PT - PARA QUESTÃO DE ORDEM - Eu vou fazer por escrito a minha questão de ordem.
"Sr. Presidente, formulo a presente questão de ordem com a finalidade de obter de V. Exa. esclarecimentos acerca da aplicação da alínea 'b' do inciso II do Art. 18 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, que não está sendo seguido neste momento em que se discute o PLC 3, de 2022, de autoria de S. Exa. o governador do estado de São Paulo. Passo a explicar e desenvolver o questionamento que ora formulo.

O dispositivo regimental sobre o qual formulo a presente questão de ordem estabelece que V. Exa. deve deixar de aceitar qualquer propositura que não atenda as exigências constitucionais que a sustente. É muito claro que a propositura em análise é francamente inconstitucional.

Que não se diga que o PL 221, de 2021, não padece de vício de constitucionalidade. Pode ser atacado o seguinte:
Em primeiro lugar, deve ser destacado que o PLC em questão, em diversos de seus artigos, atribui ao governador do estado possibilidade para exercer o poder regulamentar, que faz por meio de decreto para situações em que isso é completamente impossível, porque sabe-se que apenas a lei em estrito senso pode criar, modificar ou extinguir direitos e obrigações.
E no caso ora em exame há ainda a agravante de que não há a previsão de que se mantenha a comissão paritária prevista na Lei Complementar nº 836, de 1997, como colegiado a ser ouvido previamente à sua elaboração.
A situação é mais grave quando se lembra que a comissão paritária foi fixada na atual lei, inclusive, por decisão judicial transitada em julgado, e que isso faz com que ela se perpetue. O PL foi encaminhado à Alesp sem os necessários apontamentos sobre o impacto financeiro e atuarial, uma vez que cria despesa para o Estado e tal exigência está na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Feitas essas premissas, formulo a questão de ordem para indagar a V. Exa. o seguinte: o PL 221/21, francamente inconstitucional, V. Exa. seguirá o Regimento Interno e tomará as medidas necessárias para que o projeto seja conduzido ao seu proponente para que se aponte, se for o seu desejo, e corrija e o conduzirá a Alesp?"

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Esta Presidência recebe e responderá oportunamente. Em votação.

A SRA. MÁRCIA LULA LIA - PT - Pela ordem, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Pois não, deputada.

A SRA. MÁRCIA LULA LIA - PT - Para encaminhar pela liderança da bancada do PT.

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Nós estamos no método de votação. É regimental. Para encaminhar pela bancada do PT... Eu não prestei atenção quem que vai encaminhar.

A SRA. MÁRCIA LULA LIA - PT - Eu vou encaminhar.
O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Você, a deputada Márcia Lia.

A SRA. MÁRCIA LULA LIA - PT - E vou dividir o meu tempo com a deputada Bebel. Quero colocar uma outra questão, que nós gostaríamos de pedir para V. Exa. para poderemos fazer o congresso de comissões do PLC 04.

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Nós vamos fazer todos os congressos de comissões juntos dos projetos dos funcionários nossos. Assim que a gente terminar esta sessão, a gente faz de todos, deixamos prontos. Nós não temos condição de votar hoje, mas já deixamos pronto para a Ordem do Dia para votar.

A SRA. MÁRCIA LULA LIA - PT - Sim, mas pelo menos a gente já adianta o congresso dos PLCs 4, 5 e 6, pode ser?

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - São os PLCs 4, 5, 6 e tem mais, né?

A SRA. MÁRCIA LULA LIA - PT - PLC 8.

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - PLC 4, 5, 6 e 8.

A SRA. MÁRCIA LULA LIA - PT - Isso.
O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Exatamente.
A SRA. MÁRCIA LULA LIA - PT - Então vou encaminhar.

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Para encaminhar a deputada Márcia Lia.

A SRA. MÁRCIA LULA LIA - PT - Muito boa tarde a todas as pessoas que participam aqui desta sessão. O projeto que está em debate neste dia é o PLC 03, que é um projeto extremamente complicado porque o Governo do Estado de São Paulo, do Sr. João Agripino Doria, tenta fragilizar os servidores públicos, tenta fragilizar a bancada do Partido dos Trabalhadores quando ele coloca várias coisas do mesmo projeto de lei, faz um pacote.

Se a gente vota o que a gente tem acordo, a gente vota contrário àquilo que a gente não tem acordo. Nós não temos acordo com o Plano de Cargos e Salários do Magistério, mas a gente acha que para os servidores, os quadros de apoio do serviço público da Educação, esses têm benesses, têm benefícios.

É importante votar, mas ao mesmo tempo também nós temos um outro problema mais grave ainda, que é a inclusão de um reajuste. Todos os outros servidores públicos tiveram a possibilidade de ter o seu reajuste no projeto que nós votamos ontem, no PLC 02. Mas para fazer chantagem, repito, para fazer chantagem conosco eles colocaram um bolo de coisas, muitas questões no mesmo projeto de lei e nós temos aí uma dificuldade muito grande.

Nós conversamos hoje com o pessoal da Afuse. A Bebel tem conversado e tem liderado o movimento pela Apeoesp, porque nós sabemos que esse plano de carreira é extremamente lesivo aos professores, não obstante os professores tenham a possibilidade de optar - os que já estão na carreira - se permanecem nessa carreira ou se mudam para a carreira nova, esse projeto tira muitos direitos, e ele enterra a carreira do magistério para os novos professores.

Para os professores categoria "0", ele não teve transparência na elaboração desse projeto, não dialogou com os servidores, não dialogou com os professores, não dialogou com a Apeoesp, não dialogou com a Afuse, não dialogou com ninguém. O projeto veio goela abaixo, no fechar, no apagar das luzes desse governo, no apagar das luzes do mandato do secretário de Educação, do Sr. Rossieli.

E nós estamos aqui para pedir mais uma vez para esse governo que a gente possa separar o reajuste dos servidores, que a gente possa fazer, por meio do roteiro de votação, essa separação, para que a gente tenha condições efetivas de melhorar as condições dos trabalhadores.

Sabem a sensação que eu tenho? É a de que o Governo do Estado de São Paulo não gosta do pessoal da Educação, ele não gosta de professores, ele não gosta do pessoal de apoio, ele não gosta daqueles que ensinam os nossos filhos, daqueles que contribuem para que o estado de São Paulo continue sendo uma potência.

O governador João Doria não gosta dos trabalhadores da Educação, ele quer esfolar a categoria, ele quer acabar com a categoria. Já não chega a quantidade de defasagem que nós temos aí no serviço público, porque não tem dissídio, porque não tem data-base, porque não tem reajuste. E agora, os miseros dez por cento que ele coloca, ele coloca junto com a carreira, para que a gente tenha dificuldade.

Eu quero dividir o meu tempo com a deputada Professora Bebel, que vai falar em nome da categoria, em nome da Apeoesp, como deputada que é, que representa essa categoria. Por favor, deputada.

A SRA. PROFESSORA BEBEL - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Boa tarde, Sr. Presidente, cumprimento a Mesa Diretora de trabalho, assim como cumprimento também os assessores à minha esquerda, à minha direita, Sras. e Srs. Deputados, nobre e sempre nobre público presente, e essa categoria de profissionais da Educação, que tem tudo senão muita luta, tem feito muita luta, tem feito muita luta para garantir os seus direitos.

Eu estou aqui, chamo a atenção dos Srs. e Sras. Deputadas, nós estamos encaminhamos método de votação. É isso, Sr. Presidente? Nesse método de votação, nós podemos votar no do governo, que vota tudo junto, ou votar no nosso método, que separa o plano de carreira do reajuste. E nós queremos a separação. Nós queremos que os deputados e as deputadas votem pela separação. Por quê? Porque é injusto, porque é algo trulцento.

Não se brinca com essa série categoria, que dá tudo de si, para dizer o seguinte: "eu garanto 200 dias letivos; mas, me garantam, pelo menos, os dez por cento que foram dados para os outros". Isso é um alarme, isso é triste para nós, trabalhadores da Educação.

Por esta razão, eu estou aqui na condição de presidenta da Apeoesp, mas, sobretudo, deputada estadual, porque faço uso desta tribuna. E ao fazer uso desta tribuna, chamo a atenção dos Srs. e Sras. Deputadas: por favor, qual é o problema de separar a votação? Separar.

Vocês votem onde vocês quiserem, mas votem no nosso método de votação porque o nosso método de votação separa o reajuste do plano de carreira. E a gente pode, depois cada um faz o que quer, é para 24 meses. Aí o futuro a Deus pertence. Nós vamos fazer muita luta, essa é que é a verdade.

Mas como não teve diálogo nos resta vir aqui implorar para que não façam essa injustiça conosco, para que não votem num pacote, os 10% de forma chantageosa, porque é chantagem isso que está sendo feito. E chantagem a gente usa para..., a gente não deve nem usar, porque é antipedagógico.

A gente tem que fazer as coisas no convencimento, porque se a carreira fosse boa não precisaria fazer chantagem. Simplesmente ela seria apresentada. É porque ela não é boa, e aí quer forçar os trabalhadores, nós aqui da oposição votar nesse PLC 3.

Sras. Deputadas, Srs. Deputados, eu peço por favor, por favor mesmo, votem no método de votação apresentado por nós. E gostaria que na hora da apresentação, Sr. Presidente, tenho certeza que o senhor fará isso, o senhor apresente o método do senhor.